



Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - IDEP

DESPACHO

De: IDEP-GAAC

Para: SUPEL-GAMA

Processo Nº: 0048.250944/2019-06

Assunto: Aquisição de Material de Permanente (Equipamento de Cozinha e Veículos) para atender as necessidades do **Centro Técnico Estadual de Educação Rural Abaitará – CENTEC ABAITARÁ**, através do **Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional – IDEP/RO**.

Considerando o exposto no Requerimento 7999111, informamos que após realização de pesquisas "*on line*", em que foram consultados diversos modelos e marcas que atendem o Objeto em tela, informamos que acatamos, parcialmente o solicitado. No tocante a garantia, alterando assim a Redação anteriormente dada, conforme descrito abaixo:

Onde se lê: "*....com garantia mínima de 12 (doze) meses sem limite de quilometragem...*";

Leia-se: "*... com garantia mínima de 12 (doze) meses...*"

No tocante ao descanso de braços, como o veículo será utilizado, também, em viagens intermunicipais e visando dar mais conforto aos ocupantes do veículos e considerando ainda que várias marcas fornecem veículos com o acessório em questão, julgamos impertinente a solicitação uma vez que não a cerceamento de participação, pois com informado pelo próprio fornecedor existe modelo que atende a demanda em seu portfólio.

No caso do pedido de Impugnação 8008726, nos valem os descritos nos itens 27 a 31 do Parecer nº 463/2019/SUPEL-ASSEJUR:

27. Ainda à vista do item 3 - DETALHAMENTO DO OBJETO - ITEM 4 (VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA 4 PORTAS) menciona que o veículo deverá ser entregue devidamente emplacado, sendo o primeiro emplacamento no Estado de Rondônia.

28. Isso porque a revenda poderá ser realizada por fornecedor que não seja credenciado autorizado (somente o autorizado e o fabricante podem fazer o primeiro emplacamento). Existem empresas (que não são concessionárias) que comercializam veículos, adquirindo diretamente do fabricante para a revenda. E nesses casos o primeiro emplacamento acaba sendo em nome da própria empresa adquirente, o que não interfere na quilometragem do veículo e nem nas garantias, permanecendo em situação tal qual fossem adquiridos direto da concessionária ou do fabricante. Neste sentido é a jurisprudência a seguir:

"Com efeito, o fato de o veículo ter sido transferido para a ré para posterior revenda ao consumidor final não basta para descaracterizar o bem como novo. A rigor, para ser 0 Km, não é necessário que o veículo seja transferido diretamente do nome do fabricante ou de uma revenda concessionária

para o consumidor. A mera transferência formal de domínio do bem para intermediários, por si só, não torna o bem materialmente novo em usado. O que deve prevalecer nesse aspecto é o estado de conservação do bem, e não o número de proprietários constantes de sua cadeia dominial. (Apelação Cível 20080110023148APC, Acórdão 342.445, Relator Desembargador LÉCIO RESENDE, da 1ª Turma Cível)”.

29. Assim, se a empresa está habilitada para a atividade comercial de revenda de veículo com a devida autorização da Receita Federal e da Junta Comercial do Estado, não há razoabilidade em tal restrição que acaba por minguar a ampla competitividade e consequentemente prejudicar a contratação da empresa que melhor atender aos interesses do Estado.

30. Destarte, recomenda-se a exclusão da exigência de '*primeiro emplacamento*' para apenas '*emplacamento no Estado de Rondônia*', tendo em vista que tal exigência claramente restringe a competitividade, nos termos já explicados anteriormente.

31. Ademais, ressalta-se que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Assim, com base no exposto, entendemos improcedente o pedido e julgamos por não acatar o recurso ora impetrado, cabendo caso essa SUPEL-GAMA julgue pertinente análise e manifestação da Assessoria Jurídica da SUPEL, com vistas a melhor embasar.

Elaboração:

ALEX DOS SANTOS SILVA

Gestor de Aquisições e Convênios

Matrícula 300159995

Revisão:

CRISTINE Senger

Diretora de Administração e Finanças

Matrícula 300102979

Na forma do que dispõe o Art. 7º § 2º, incisos I, II e III da Lei nº. 8.666/93, autorizo, aprovo, declaro e dou fé as laudas do presente Despacho. Recomendando-o para balizamento da Licitação, com fundamento no artigo 3º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no artigo 8º do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e nos artigos 8º e 9º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

ADIR JOSEFA DE OLIVEIRA

Presidente do IDEP/RO



Documento assinado eletronicamente por **Alex dos Santos Silva, Analista**, em 23/09/2019, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **CRISTINE SENGGER, Diretor(a)**, em 23/09/2019, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adir Josefa de Oliveira, Presidente**, em 23/09/2019, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **8011164** e o código CRC **4617DD43**.

Referência: Caso responda esta Despacho, indicar expressamente o Processo nº 0048.250944/2019-06

SEI nº 8011164